DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ITIRAPINA

Conforme Lei Municipal nº 2.818, de 29 de dezembro de 2016

www.itirapina.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Concursos Públicos/Processos Seletivos 2
Outros atos de concurso/processo seletivo 2
Gabarito 19

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Itirapina, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Itirapina poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.itirapina.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Itirapina
CNPJ 46.313.714/0001-50
Avenida Um, 106
Telefone: (19) 3575-9000
Site: www.itirapina.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Itirapina garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.itirapina.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

PODER EXECUTIVO

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Outros atos de concurso/processo seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022

PROVAS OBJETIVA E TEXTO DISSERTATIVO - ARGUMENTATIVO - ESTÁGIARIO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

- Você recebeu este caderno contendo um tema a ser desenvolvido em formato dissertativo argumentativo.
- Bem como as questões objetivas e o gabarito definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições, caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- Redija o texto definitivo com caneta de tinta preta ou azul. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para a transcrição do gabarito e texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 1 hora do início da sua realização.
- Ao sair, você entregará ao fiscal este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

NOME DO CANDIDATO

RG | **INSCRIÇÃO** | **SALA**

ASSINATURA DO CANDIDATO

USO EXCLUSIVO DO FISCAL

AUSENTE ☐

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022 - PROVA OBJETIVA ESTÁGIARIO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) "_____ é, juridicamente, a lei fundamental e suprema de um Estado, contendo as normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos". O documento que completa corretamente a lacuna acima é:

A) Constituição.

B) Lei complementar.

C) Lei ordinária.

D) Resolução legislativa.

E) Decreto

---

2) Com relação à definição de Constituição, assinale a alternativa correta.

A) O sentido sociológico defende que uma Constituição, para ser considerada como legítima, deve representar o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que constituem o poder.

B) O sentido político, defendido por Ferdinand Lassalle, afirma que a Constituição é produto de decisão política do povo, prescindindo do titular do poder constituinte.

C) De acordo com o sentido material, o que mais interessa é a forma como a norma foi introduzida no ordenamento jurídico.

D) O sentido jurídico de Carl Schmitt define a Constituição no mundo do ser, e não do dever-ser, sendo fruto das leis naturais, e não da vontade racional do homem.

E) O sentido jurídico de Ferdinand Lassalle define a Constituição no mundo do dever-ser, sendo fruto das leis objetivas, e não da vontade racional do homem.

---

3) A Teoria da Constituição é um segmento importante dentro do conhecimento jurídico, vez que determina a compreensão do modelo constitucional, com uma série de consequências normativas conforme o padrão que se adote em determinado país. A partir do exposto, assinale a alternativa correta.

A) Constituição costumeira é aquela que, mesmo existindo um texto constitucional expresso, é derrogada pelos costumes praticados pelas instituições políticas.

B) Por supremacia da Constituição entende-se a concepção de que as normas constitucionais encontram-se acima de todo o restante do ordenamento jurídico, influenciando sua interpretação e concretização.

C) O bloco de constitucionalidade, formado pelos Tratados de Direito Internacional de Direitos Humanos,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

possui o condão de revogar normas constitucionais.

D) O conteúdo das constituições, considerado o parâmetro teórico mais recente, deve-se pautar por normas mais objetivas, descartadas normas programáticas de direitos sociais.

E) Constituições rígidas são aquelas em que há impossibilidade ou maior dificuldade de alteração do conteúdo normativo; constituições flexíveis, por sua vez, são aquelas em que, apesar da existência do texto constitucional expresso, os dispositivos podem ser flexibilizados mediante interpretação da Corte Superior.

---

4) Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
( ) Segundo o Art. 29 da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica própria. Nesse sentido, a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, deverá ocorrer mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, para mandato de três anos.
( ) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

A) V – V – V.

B) V – F – V.

C) F – F – V.

D) V – V – F.

E) F – V – F.

5) A Constituição de 1988 foi batizada de “Constituição Cidadã” pelo presidente da Assembleia Constituinte Ulisses Guimarães. Dentre as razões para tal denominação, destaca-se

A) a existência de um conjunto de normas que garantiam um mínimo existencial para os cidadãos por meio dos direitos sociais.

B) a garantia de uma economia liberal para melhor promover a diversidade econômica e a promoção do bem-estar

C) a promoção de uma sociedade igualitária e totalitária para promover o socialismo e o comunismo.

D) a existência de um Estado pequeno que promovesse a autonomia dos cidadãos frente ao Estado intervencionista historicamente existente.

E) Nenhuma alternativa está correta.

---

6) Há limites expressos, de ordem formal, ao poder de reforma da Constituição, classificados na teoria como “circunstanciais”. São entendidos como limitações decorrentes de condições políticas e sociais anômalas, em cujo momento não se possibilita a realização de reforma constitucional. De acordo com a norma em vigor, a Constituição Federal NÃO poderá ser emendada.

A) após a convocação de plebiscito ou referendo acerca de matéria relevante para o regime político e democrático.

B) na vigência de intervenção federal ou estadual, estado de defesa ou estado de sítio.

C) na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

D) no período de noventa dias que antecede o pleito eleitoral para escolha de membros dos Poderes Executivo e Legislativo Federal e Estadual.

E) diante da existência de um impedimento decretado pelo Governo Federal.

---

7) A respeito do Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar que:

A) a Constituição brasileira fixa limitações materiais e circunstanciais ao poder de revisão.

B) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

C) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.

D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

E) A Constituição Brasileira não possui limitação temporal.

---

8) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I. A forma federativa de Estado.

II. O voto direto, secreto, universal e periódico.

III. A separação dos poderes.

IV. Os direitos e garantias individuais.

A sequência correta é:

A) Apenas a assertiva I está incorreta.

B) a Constituição brasileira fixa limitações materiais e circunstanciais ao poder de revisão.

C) apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

D) apenas as assertivas II e III estão corretas.

E) as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9) Segundo ensina Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro), o Direito Administrativo abebera-se, para sua formação, em quatro fontes principais:

A) O Código de Direito Administrativo, a Constituição da República Federativa do Brasil, a doutrina e as decisões dos tribunais.

B) O Código de Direito Administrativo, a lei, a jurisprudência e os costumes.

C) A lei, a doutrina, a jurisprudência e os costumes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

D) O contrato jurídico, a Constituição Federal, o processo legislativo e a analogia.

E) As normas públicas e privadas sobre Direito Administrativo.

---

10) O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da:

A) eficiência
B) segurança jurídica
C) moralidade
D) Publicidade
E) Impessoalidade

---

11) M. C. Pradel, professora, requereu ao município XCT a expedição de documento contendo informações sobre sua vida funcional, desde a posse até sua última promoção. No documento expedido, constaram várias anotações elogiosas às suas atividades profissionais, bem como uma promoção por merecimento. Sendo documento público em relação aos fatos enunciados, atua o princípio da veracidade que está fundamentado na denominada:

A) Autonomia
B) Certificação
C) Fé pública
D) Exigibilidade
E) Coercibilidade

---

12) Maria, dirigente de um órgão público, decide autorizar a mudança do cargo efetivo de Paulo, servidor público e seu amigo íntimo, justificando que se tratava do reconhecimento à atuação eficiente dele no exercício das atribuições funcionais. Ela transferiu Paulo do cargo administrativo de nível médio, no qual ele tomou posse em decorrência de aprovação em concurso público, para um cargo técnico que exige a formação no curso superior recentemente concluído por ele. À luz dos princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:

A) Maria agiu de acordo com o princípio da eficiência, valorizando um servidor que trás resultados positivos no exercício das atribuições funcionais.

B) Maria agiu conforme o princípio da legalidade, que a autoriza a fazer tudo aquilo que a lei não proíba.

C) Maria agiu de forma contrária aos princípios que regem a Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

D) Maria contrariou o princípio da legalidade, mas atendeu ao princípio da eficiência ao decidir valorizar a eficiência de Paulo, não havendo motivo para a invalidação da decisão.

E) Maria agiu por amizade íntima, fato que justifica a autorização concedida, pois, não implica infração administrativa.

---

13) Assinale a alternativa correta sobre os princípios da Administração Pública.

A) Os cinco princípios constitucionais explícitos arrolados no art. 37, *caput,* da Constituição Federal de 1988 estão previstos desde a promulgação da carta constitucional e exigem juízo de ponderação para sua aplicação aos casos concretos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

B) Os princípios constitucionais explícitos arrolados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 são de aplicação obrigatória para a administração pública direta, não se aplicando à administração pública indireta.

C) Os princípios administrativos da finalidade e do interesse público são de fonte doutrinária e jurisprudencial, não estando previstos explicitamente no texto da Constituição Federal de 1988 ou em texto de legislação ordinária federal.

D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

E) A publicidade não tem nenhuma relação de fato com os princípios administrativos, sendo considerada um mandamento constitucional irrelevante.

---

14) Nos termos do Art. 37, caput, da Constituição da República, "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...)" Fazem parte da administração pública indireta, EXCETO:

A) Empresa Pública.

B) Fundações Públicas.

C) Secretaria de Estado.

D) Sociedades de Economia Mista.

E) Sociedade de Economia Mista e Fundações.

---

15) Toda entidade pública ou privada criada pela pessoa política, mas que não se confunde com a pessoa jurídica pública matriz criadora, forma a administração pública:

A) direta.

B) indireta.

C) funcional.

D) material.

E) orgânica.

---

16) Tiago Noah é Secretário Municipal de Administração do município VB e, verificando que determinado ato administrativo padece de vício de nulidade, determina, de ofício, o seu desfazimento. Trata-se da aplicação, no âmbito do controle administrativo, do princípio da:

A) provocação

B) inércia.

C) comunicação

D) extensão

E) autotutela

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

17) Para existir uma relação de emprego, a principal obrigação do empregado é a prestação dos serviços contratados. Em contrapartida, seu principal direito é o recebimento da contraprestação pelos serviços prestados.
A descrição anterior refere-se a um dos requisitos caracterizadores da relação de emprego, que consiste na

A) alteridade.
B) pessoalidade.
C) não eventualidade.
D) onerosidade.
E) subordinação.

---

18) Analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA, no que diz respeito ao conceito de “EMPREGADOR”.

A) Considera-se empregador, a empresa, somente de caráter coletivo, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

B) Considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite e dirige a prestação pessoal de serviço, independente de salário.

C) Considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

D) Considera-se empregador, a empresa, somente de caráter coletivo, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite e dirige a prestação pessoal de serviço, independente de salário.

E) Considera-se empregador, qualquer pessoa que admite e fiscaliza a prestação de serviços por outrem.

---

19) Assinale a alternativa que apresenta o recurso admissível das decisões definitivas e terminativas das varas e dos juízos investidos de jurisdição trabalhista.

A) agravo de petição
B) recurso extraordinário
C) recurso especial
D) recurso de revista
E) recurso ordinário

---

20) O prazo para interposição do recurso ordinário pela Fazenda Pública Municipal é de:

A) 15 (quinze) dias úteis.
B) 16 (dezesseis) dias úteis.
C) 15 (quinze) dias corridos.
D) 8 (oito) dias corridos.
E) 8 (oito) dias úteis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21) Os impostos podem ser instituídos por Estado, União e Municípios, marque a opção que só abrande Impostos instituídos por municípios:

A) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Renda (IR).
B) Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
C) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
D) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
E) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

22) Sobre as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, assinale a alternativa correta com base no direito tributário brasileiro:

A) Como regra geral, devem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

B) Como regra geral, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

C) Como exceção, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes

D) Como regra geral, são proibidas e são punidas com pena de multa e prestação de serviço comunitário.

E) Como regra geral, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

---

23) São causas de suspensão: da exigibilidade do crédito tributário:

A) a moratória e o pagamento.

B) a transação e o parcelamento.

C) A concessão de medida liminar em mandado de segurança e a moratória.

D) o depósito do seu montante integral e a transação.

E) a remissão e a consignação em pagamento.

---

24) O Estado X não vem recolhendo a taxa municipal de coleta de lixo domiciliar quanto a um terreno em que pretende construir, no futuro, o novo prédio-sede da Secretaria Estadual de Fazenda. Em razão disto, teve o débito inscrito em dívida ativa e contra ele foi promovida a execução para cobrança dos valores não pagos. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O Estado X goza de imunidade recíproca, não podendo ser cobrado por tal dívida.

B) A imunidade tributária recíproca não se aplica à hipótese, por se tratar de terreno ainda não vinculado a uma finalidade pública.

C) A imunidade tributária recíproca não se aplica a taxas.

D) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, por tomar como base de cálculo a metragem do imóvel.

E) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, pelo fato de o serviço prestado ou posto à disposição, não ser específico e divisível.

DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

25) Alves, morador da unidade 1801 do condomínio, está sendo acionado judicialmente por Teresa. Ela alega ter sido atingida por fragmentos de vaso caídos da varanda do apartamento de Alves enquanto andava pela calçada em frente ao edifício e pretende indenização pelos danos sofridos. Alves será liberado da responsabilidade perante Teresa se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

A) alegar que houve culpa concorrente de Teresa;

B) alegar que a responsabilidade é do condomínio;

C) provar que tomou os cuidados adequados para evitar a queda;

D) provar que o vaso caiu da varanda de outro apartamento que não o seu;

E) provar que não é o proprietário do imóvel.

---

26) A capacidade civil é indispensável para o gozo dos direitos civis e políticos. Sabendo-se disso, segundo as regras jurídicas da Constituição Federal (CF/88), Código Civil de 2002 (CC/02) e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar, que:

A) São absolutamente incapazes para os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

B) São relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

C) A declaração judicial da incapacidade civil absoluta gera a cassação dos direitos políticos.

D) Quando for obrigatória, em razão do grau da deficiência, a realização judicial do processo de "tomada de decisão apoiada", a escolha dos apoiadores recairá sobre os familiares mais próximos em grau.

E) São absolutamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer os pródigos e doentes mentais.

---

27) Nos termos da Lei n° 13.146/2015, o atendimento da pessoa com deficiência sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido

A) será admitido, exclusivamente, em casos de risco de morte, e desde que preenchidos os demais requisitos legais, tendo em vista que a ausência de consentimento é absolutamente excepcional.

B) só será admitido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, e desde que preenchidos os demais requisitos legais.

C) será admitido em qualquer circunstância, desde que as autoridades públicas vislumbrem tal necessidade, haja vista a presunção de vulnerabilidade da pessoa com deficiência.

D) não será admitido em qualquer hipótese, por expressa vedação legal.

E) será admitido, exclusivamente, em casos de risco de morte, inexistindo qualquer outro requisito legal a ser observado em tais hipóteses.

---

28) Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, ainda que o contrário resulte do título ou das circunstâncias do caso.

B) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.

C) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Contudo, os frutos percebidos e pendentes pertencem ao credor.

D) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.

E) Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.

---

29) Ademir queria doar um de seus terrenos a seu sobrinho João, mas sabia que sua esposa Delma não concordaria com isso. Assim, doou o terreno para seu amigo Cleber que, após alguns meses, repassou o imóvel a João, conforme previamente acertado entre Ademir e Cleber.
Nesse caso, ocorreu:

A) dolo;

B) fraude contra credores;

C) lesão;

D) simulação;

E) erro.

---

30) Silvio vendeu dois automóveis no mesmo dia: o primeiro foi comprado por Cláudia, 15 anos, estudante; e o segundo por José, 17 anos, casado civilmente com autorização dos pais.
Tais atos serão considerados, respectivamente:

A) nulo e válido;

B) nulo e anulável;

C) anulável e válido;

D) anulável e anulável;

E) válido e válido.

---

31) Assinale a opção que relaciona corretamente a pessoa e seu domicílio.

A) O domicílio necessário do servidor público é o lugar em que ele exerça permanentemente suas funções.

B) Quando a pessoa natural não possuir residência habitual, o seu domicílio será o lugar do imóvel em que por último ela tenha residido.

C) O domicílio necessário do incapaz é o do seu ascendente direto.

D) O domicílio necessário do militar do Exército Brasileiro é a sede do comando ao qual ele esteja imediatamente subordinado.

E) O domicílio necessário do marítimo é o local do primeiro porto em que tocar a embarcação, ou, quando se afastar da margem, o último em que houver tocado.

---

32) A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar que

A) a suspensão do prazo prescricional em favor de um dos credores solidários beneficia todos os demais, independentemente da natureza da obrigação.

B) a interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos demais, independentemente da natureza da obrigação.

C) a interrupção da prescrição efetuada contra um dos devedores solidários não beneficia os demais devedores, independentemente da natureza da obrigação.

D) o pagamento de obrigação prescrita constitui enriquecimento sem causa, podendo o devedor pedir a devolução do que foi pago indevidamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

E) a dívida prescrita não pode ser exigida judicialmente, mas constitui obrigação natural, cujo pagamento voluntário é válido, não podendo o devedor pedir a devolução do que foi pago.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33) Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: A preclusão _____ é a extinção da faculdade de praticar um determinado ato processual em virtude da não compatibilidade de um ato com outro já realizado.

A) lógica

B) múltipla

C) temporal

D) atemporal

E) consumativa

---

34) A declaração transitada em julgado da prescrição do direito da parte emitida por juiz de direito extingue o processo e produz coisa julgada, sendo esta extinção e a coisa julgada, respectivamente:

A) sem resolução de mérito e coisa julgada formal.

B) com resolução de mérito e coisa julgada formal.

C) sem resolução de mérito e coisa julgada material.

D) com resolução de mérito e coisa julgada material.

E) com resolução de mérito parcial e coisa julgada material parcial.

---

35) Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: Dá-se a _____ entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

A) conexão

B) distribuição

C) continência

D) competência

E) preclusão lógica

---

36) O ato por meio do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum é classificado como:

A) despacho;

B) decisão interlocutória;

C) sentença;

D) acórdão;

E) meramente ordinatório.

---

37) No que concerne à incompetência relativa, é correto afirmar que:

A) o órgão judicial pode conhecê-la *ex officio*;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

B) gera a nulidade dos atos decisórios praticados pelo órgão judicial incompetente;

C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição;

D) é suscitável como questão preliminar na contestação;

E) é vedado ao órgão do Ministério Público alegá-la, nas causas em que intervier.

---

38) Sobre a revelia, é correto afirmar que:

A) será decretada se o réu não contestar a ação, embora possa ser relevada caso a peça defensiva seja apresentada no quinquídio subsequente ao decurso do prazo legal;

B) não levará à presunção de veracidade das alegações de fato constantes da inicial, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

C) obrigará o juiz a acolher o pedido formulado pela parte autora, em razão da presunção de veracidade das alegações de fato constantes da inicial;

D) impedirá, após a sua decretação pelo juiz, que o réu revel intervenha no processo;

E) impedirá que o juiz reconheça algum vício de ordem pública, como a carência de ação.

---

39) A petição inicial será considerada inepta quando:

A) a parte for manifestamente ilegítima;

B) o autor carecer de interesse processual;

C) o autor, advogando em causa própria, não declinar o seu endereço;

D) o autor não instruí-la com os documentos indispensáveis à propositura da ação, cuja juntada foi determinada pelo juiz;

E) lhe faltar pedido ou causa de pedir.

---

40) Tomando contato com a petição inicial, o magistrado não só procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, como também concedeu a tutela antecipatória de mérito requerida pelo autor.

No que toca a esse pronunciamento, é correto afirmar que se trata de:

A) sentença definitiva, impugnável por recurso de apelação;

B) sentença terminativa, impugnável por recurso de agravo de instrumento;

C) decisão interlocutória, impugnável por recurso de apelação;

D) decisão interlocutória, impugnável por recurso de agravo de instrumento;

E) decisão interlocutória, não impugnável por qualquer via recursal típica, senão apenas por mandado de segurança.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

TEXTO DISSERTATIVO - ARGUMENTATIVO

Tema a ser discorrido, em até 40 linhas:

SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Angelina Garcia reside no Município de Itirapina, é proprietária de um automóvel avaliado em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Na data de 20.01.2020, estacionou seu veículo numa rua, sob uma árvore que estava isolada pela Prefeitura, com uma placa advertindo sobre “o risco de queda”.

Na rua havia uma faixa colocada pela Prefeitura explicando que haveria a retirada da árvore na data de 23.01.2020, dia em que seria desligada a energia elétrica para que o serviço fosse feito. Além disso, havia um cavalete da Prefeitura proibindo o estacionamento naquele local, que foi retirado por Angelina para que estacionasse ao lado da árvore.

No mesmo dia, houve um temporal com forte ventania que fez a árvore cair sobre o carro de Angelina, causando a perda total do veículo, que não possuía seguro.

Angelina então ingressou com uma ação para exigir da Prefeitura indenização pela perda do seu carro, além de danos morais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Diante da situação hipotética, elabore um texto dissertativo a respeito da responsabilidade civil do Município, mencionando aspectos jurídicos que deveriam ser alegados na defesa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESSA FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

NÃO ASSINE ESSA FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESSA FOLHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 | www.itirapina.sp.gov.br

Abril / 2022

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESSA FOLHA

Gabarito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115

A Comissão do Processo Seletivo de Estagiários da Procuradoria Geral do Município, em atenção ao cronograma do Edital de Processo Seletivo nº 01/2022, vem tronar público o gabarito preliminar, bem como o caderno de provas:

GABARITO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022							
1	2	2	4	5	6	7	8
A	A	B	B	A	C	B	E
9	10	11	12	13	14	15	16
C	B	C	C	D	C	B	E
17	18	19	20	21	22	23	24
D	C	E	B	E	B	C	C
25	26	27	28	29	30	31	32
D	B	B	B	D	A	A	E
33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	C	C	D	B	E	D

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itirapina/SP, 04 de abril de 2022.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO